| GESTÃO • MARINA GAMA E JEFERSON LANA

ONDE TEM FUMAÇA, TEM FOGO... CRUZADO

Os recentes desastres ambientais na Amazônia e no Pantanal trouxeram uma dor de cabeça extra ao governo: a pressão de *stakeholders* internacionais exigindo medidas de combate aos incêndios e a melhor condução das políticas nacionais de meio ambiente. Essa pressão não é novidade, mas sim a forma como vem sendo feita. Por anos, empresas, governos e entidades emitiram pronunciamentos e posicionamentos mostrando a insatisfação com políticas públicas e, algumas vezes, realizaram boicotes ou fechamento das fronteiras para o comércio com o Brasil. Mas novos tempos pedem novas medidas, e agora também os investidores vêm cobrando, de forma contundente, mudanças.

Em setembro de 2019, 230 investidores institucionais assinaram uma carta pedindo medidas urgentes no combate ao desmatamento na Amazônia, manifesto que chamou a atenção mundial, mas não foi suficiente. Então, no primeiro semestre de 2020, sete empresas de gerenciamento de ativos ameaçaram o desinvestimento no país caso não houvesse avanço na Amazônia, além de três grandes bancos brasileiros que se reuniram com o vice-presidente da república para apresentar um plano de desenvolvimento sustentável para a região. Juntamente com os bancos, grandes empresas e investidores internacionais ameaçam retirar investimentos do Brasil, caso não olhemos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e do Pantanal.

É visível o crescimento do ativismo de *shareholder*, no mundo e no país. Por exemplo, a Climate Action 100+ é um grupo de mais de 360 investidores

que faz a gestão de ativos que somam mais de US\$ 34 trilhões (R\$ 138 trilhões) e que cobram as empresas a agirem de forma sustentável. No Brasil, o Environment, Social, and Governance (ESG), até um ano atrás, era algo exclusivo de poucas corporações e alguns fundos de investimento, mas aos poucos vem tomando corpo e, em 2020, parece que aterrissou na gestão das empresas.

As corporações vêm percebendo esse movimento e têm estreitado suas conexões com organizações não governamentais. Um levantamento desenvolvido pela autora desta coluna e Aline Gatignon, da Wharton Business School, aponta que, de 2013 a 2017, houve aumento de 29% no número de doações (financeiras ou de outro tipo) das empresas listadas na bolsa de valores brasileira B3 para organizações não governamentais. O estudo também mostrou melhora no valor de mercado das companhias que fizeram doações. Isso significa que os investidores veem com bons olhos empresas que investem em causas socioambientais. Além disso, premiam empresas que priorizam transparência e governança corporativa.

É de extrema importância que as empresas desenvolvam estratégias socioambientais concretas e transparentes de maneira a manterem sua reputação e melhorarem sua legitimidade com os investidores nacionais, internacionais e o mercado de modo geral. Sustentabilidade, em todos os seus pilares, virou questão de sobrevivência. Quanto ao governo, só o tempo mostrará se essas estratégias socioambientais e de ativismo serão suficientes.

DE 2013 A 2017, HOUVE
AUMENTO DE 29% NO
NÚMERO DE DOAÇÕES
DAS EMPRESAS
LISTADAS NA BOLSA
BRASILEIRA PARA
ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS –
O QUE ESTÁ ASSOCIADO
À MELHORA NO VALOR
DE MERCADO DAS
COMPANHIAS.

MARINA GAMA > Professora da FGV EAESP > marina.gama@fgv.br
JEFERSON LANA > Professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) > jlana@univali.br